

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 5 A 22 DE FEVEREIRO DE 1983
Nº 209 - CIRCULAÇÃO INTERNA

Aconteceu



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Cunha
Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa Martins
Jether Ramalho
Letícia Cotrim
Neide Esterci
Paulo Ayres Matos
Paulo Cezar Botas
Rubem T. de Almeida
Zwinglio Mota Dias

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos
Tel.: 205-5197
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983
Tel.: 66-7273
01238 São Paulo SP

Assinatura anual: Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro RJ

Editor do Aconteceu
Rubem T. de Almeida

DISSÍDIO DA FERRO-BRASILEIRO

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caeté entrou ontem com representação junto ao TRT de Minas Gerais, para exigir que a Companhia Ferro-Brasileiro efetue o pagamento de janeiro a seus 1.800 empregados, que estão em greve há 11 dias. O sindicato alega que quando a greve foi iniciada, o "ponto" já havia sido fechado e que a empresa só não efetuou o pagamento dos mensalistas no último dia 30, como faria normalmente, em represália ao movimento. Ontem, os metalúrgicos realizaram assembleia, que teve o comparecimento de perto de duas mil pessoas, entre trabalhadores e seus familiares, quando se fez relato sobre a última reunião no TRT, sem acordo. Participaram da assembleia, em solidariedade, os presidentes do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte e dos Sindicatos de Metalúrgicos de João Monlevade, Barão de Cocais e Betim. (ESP - 5/2/83)

NEGOCIAÇÕES NA COBRASMA

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Cobrasma terminaram ontem mais uma rodada de negociações, sem chegar a acordo sobre as reivindicações de estabilidade de um ano no emprego, aos 3200 assalariados da empresa, ou então pagamento de cinco salários, em caso de dispensas, em primeiro lugar, dos aposentados que continuam ocupando funções. As negociações prosseguirão segunda-feira. Circularam rumores, ontem, entre os trabalhadores (a chamada Rádio Peão) de que a Cobrasma teria necessidade de dispensar 450 empregados, propondo o pagamento de dois avisos-prévios aos que forem voluntários. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Antonio Toschi, disse ontem que "a continuidade das negociações interessa aos trabalhadores. Não pretendemos ceder, estamos amadurecidos e continuaremos discutindo os interesses dos trabalhadores em alto nível. Não faremos acordo que prejudique a categoria, expondo-a mais uma vez ao ridículo". (ESP - 5/2/83)

MÉDICOS FARÃO ATO POR SALÁRIO MELHOR

Médicos de todo o País estão articulando a organização de um dia nacional de protesto "contra o baixo salário e por melhores condições de saúde para a população". O movimento surgiu na semana passada, durante a mais representativa das assembleias já realizadas pela categoria, segundo a Associação Médica Brasileira (AMB), que reuniu na sua sede, em São Paulo, 18 associações estaduais, 13 sindicatos, 13 sociedades de especialização, 4 conselhos regionais de Medicina, além das federações nacionais dos médicos e das cooperativas médicas. As entidades aprovaram antecipadamente, de forma unânime, moção contra "qualquer ameaça governamental de aplicação da Lei de Segurança Nacional ou da lei anti-greve aos médicos funcionários públicos que aderirem ao movimento". (FSP - 6/2/83)

PRÓ-CUT DISCUTE GREVE GERAL CONTRA ARROCHO

Aproximadamente setenta entidades de trabalhadores ligadas à Comissão Estadual Pró-Cut reuniram-se ontem para debater uma pauta de três pontos: luta contra o arrocho salarial, o desemprego e a organização de uma greve geral de um dia para alertar o governo do descontentamento dos assalariados. Dentro destes pontos foi debatida também a organização para os protestos do próximo dia 22 de março, "Dia Nacional de Luta", contra o desemprego e corte nos salários e ainda a unificação das entidades de trabalhadores em todo o Estado de São Paulo. De acordo com uma proposta colocada em discussão por membros do Pró-Cut nacional, "o movimento sindical deve centrar seus esforços na luta contra o desemprego e arrocho salarial, mas sem esquecer bandeiras como a reforma agrária e as liberdades sindicais e políticas". Especificamente contra o de-

semprego, a proposta defende a estabilidade, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem desconto de salários - o que ampliaria o mercado de trabalho - adoção do salário-desemprego pago conjuntamente pelo governo e empresas e manutenção dos 10% nos reajustes até três mínimos, além da aplicação integral do INPC." (FSP - 6/2/83)

TRABALHADORES REQUEREM ANULAÇÃO DAS MUDANÇAS SALARIAIS

A anulação do decreto-Lei que altera a política salarial, por "ferir direito líquido e certo dos trabalhadores", foi pedida sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal, em mandado de segurança requerido por duas confederações, duas federações e dezenas de sindicatos de diversas categorias de empregados. Uma imediata "correção integral dos salários" foi solicitada através de medida liminar, que, se for concedida na segunda-feira, dará aos trabalhadores, antes da decisão final do processo, o direito a uma repositão salarial com base na lei anterior. Na relação das entidades de trabalhadores que pedem a anulação do Decreto de nº 2.012, de janeiro deste ano, estão as confederações de empregados da área da agricultura (Contag) e da área de comunicações e publicidade (Codicop). Duas federações também requereram a medida: a dos arquitetos e dos jornalistas profissionais, além de todos os sindicatos dos petroleiros do País. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo também subscreve a ação. (FSP - 6/27 83)

EMPREGADOS DA SCANIA RETORNARAM AO TRABALHO

Forte aparato policial impediu, na manhã de ontem, que a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema realizasse, em frente dos portões da Saab-Scania, uma assembleia com os operários horistas da empresa, que voltaram a suas atividades normais, após greve que durou cinco dias. A fábrica não permitiu a entrada dos 200 empregados cujas demissões foram efetivadas, por carta, na última quinta-feira. Os dois diretores de base do sindicato que trabalham na empresa, também não puderam entrar. Ambos receberam uma carta suspendendo-os por 30 dias e informando que o departamento jurídico da indústria abriu sindicância administrativa para apurar responsabilidades na liderança do movimento grevista. (ESP - 8/2/83)

METALÚRGICOS ENTREGAM SUAS REIVINDICAÇÕES

Representantes dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, São José dos Campos e Itu entregaram ontem à comissão de negociação do Grupo 14, da Fiesp, sua pauta de reivindicações para o dissídio que tem como data-base 1º de abril. Em relação aos anos anteriores, a proposta dos metalúrgicos inova ao deixar em aberto os índices de produtividade e por defender a recuperação real do salário recebido no ano passado. Um estudo baseado no salário médio, de Cr\$ 84 mil, e o custo de vida, segundo os metalúrgicos, revela que a perda de renda da categoria foi de 16% em 82. Os cinco sindicatos representam aproximadamente 200 mil metalúrgicos. (FSP - 10/2/83)

SERVIDORES DIVULGAM OFÍCIO A FIGUEIREDO

Depois de esperar, sem sucesso, por uma resposta da Presidência da República a suas reivindicações, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, entidade que congrega 808 associações do funcionalismo em todo o País, resolveu divulgar ontem o teor do ofício remetido ao presidente Figueiredo no último dia 25, pedindo a "imediata alteração dos índices de reajustamento" dos servidores públicos federais. Reivindicando a concessão de 13º salário e a remessa ao Congresso do projeto de lei do novo estatuto dos funcionários públicos civis da União (anunciado há quatro anos pelo próprio Presidente), o documento denuncia diferenciação entre militares e civis (com uma perda salarial destes estimada em 50%) e afirma que o reajuste de 70% concedido pelo governo, em duas parcelas, aumenta "de forma insuportável, o confisco salarial a que vinha sendo submetido o funcionalismo civil". (FSP - 10/2/83)

GREVISTAS DE JANEIRO VÃO RESPONDER À LSN

Os funcionários públicos federais do Rio Grande do Sul, que fizeram greve branca de alguns dias em janeiro, suspensa até nova decisão em março, deverão ser indiciados, pois a Polícia Federal abriu, sigilosamente, um inquérito com Base na Lei de Segurança Nacional para apurar as responsabilidades na greve. Todos os órgãos federais receberam pedidos de informação do diretor do DOPS da Polícia Federal, sobre se houve greve nas respectivas repartições para instruir o inquérito, cuja abertura foi recomendada pelo Ministro da Justiça. (JB - 10/2/83)

ESTIVADORES CONTRA COMPANHIAS

A Federação Nacional dos Estivadores encaminhou documento ao Ministério dos Transportes, firmando posição contrária à criação de companhias estivadoras ou cooperativas estivadoras, tese defendida pelo ministro Cloraldino Soares Severo. No documento, os estivadores julgam estranha a tentativa de "importar o modelo de cooperativas de outros países, porque nossa realidade difere em muito da de outras nações, onde os trabalhadores gozam de garantias que são negadas aos trabalhadores brasileiros". (ESP - 17/2/83)

METALÚRGICOS TERÃO REUNIÃO NACIONAL EM SÃO PAULO NO DIA 24

Os sindicatos e federações de metalúrgicos de todo o País farão uma reunião em São Paulo na próxima quinta-feira, dia 24, para discutir o reflexo, sobre o setor siderúrgico, da decisão do governo de impor um limite à expansão da folha de pagamento das empresas estatais. Levantamento preliminar feito pela Federação dos Metalúrgicos de Minas revela que pelo menos 13 empresas do setor efetuaram dispensas em massa, reduziram a jornada de trabalho ou estão forçando seus empregados a pedir demissão, desde dezembro. Por outro lado, setenta mil metalúrgicos perderam seus empregos em Minas Gerais, desde meados de 1981 até o início deste ano, segundo estimativa da Federação dos Metalúrgicos daquele Estado, para a qual o índice de desemprego no setor está atualmente na faixa de 20% bastante superior, portanto, aos índices oficiais (5 a 6%), divulgados pelo IBGE para a região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo Jorge Noman, vice-presidente da federação mineira e secretário-geral do Secretariado Nacional dos Metalúrgicos, havia em Minas, em 1981, perto de 300 mil trabalhadores metalúrgicos, número reduzido hoje a cerca de 230 mil. O levantamento é feito com base nas guias de contribuição sindical e nas matrículas sindicais, que apresentaram sensíveis quedas em 1982, gerando, inclusive, crises financeiras para alguns sindicatos. (ESP - 17/2/83)

TRT JULGA ILEGAL A GREVE DE CAETÉ

O Tribunal Regional do Trabalho da terceira região considerou ilegal a greve dos 1.812 operários da Companhia Ferro-Brasileiro, de Caeté (MG), iniciada há 17 dias. Ao final do julgamento, o advogado da Ferro Brasileiro, José Cabral, anunciou aos juizes, trabalhadores presentes e representantes do sindicato, que a partir de hoje 60% dos operários, cerca de 1.100, estarão em licença remunerada, até o final do mês, com possibilidade de prorrogação. De acordo com o advogado, a medida foi tomada pela falta de encomendas. (FSP - 17/2/83)

TRABALHADORES BUSCAM ESTABILIDADE COM REDUÇÃO DA JORNADA

Na próxima terça-feira, em Osasco, a diretoria da fábrica de máquinas operatrizes Thissen Hueller vai discutir uma proposta aprovada pelos seus 180 empregados - e endossada pelo sindicato da categoria - no sentido de que seja feita uma redução de 7% na jornada de trabalho e, conseqüentemente, de salários, em troca da garantia de emprego por um ano. Desde abril de 1981 - quando começou a agravar-se o problema do desemprego - esse tipo de proposta, ardorosamente defendida pela Fiesp, tem sido feita insistentemente pelas empresas, mas na maioria das vezes tem sido rejeitada pelos tra

balhadores. A resistência à redução proporcional de jornadas e de salários é tão grande no meio sindical brasileiro, que se tornou uma "bandeira de luta" acima de todas as divergências política e ideológica existentes entre os líderes de trabalhadores. Agora, porém, o precedente nessa pequena fábrica parece ser indício de que "muita coisa vai mudar daqui pra frente" - segundo afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Antônio Toschi. "As teorias e bandeiras do movimento sindical não estão batendo com o momento. Isso precisa mudar, porque o trabalhador está mais preocupado com a manutenção do emprego que com a queda do salário" - afirma Toschi, fazendo a ressalva de que o seu sindicato "não vai defender aos quatro ventos a redução de jornadas". Já em Belo Horizonte, cerca de 1.200 operários da Samarco Mineração S/A, das suas unidades de Mariana, em Minas, e Ubu, no Espírito Santo, aprovaram proposta da empresa de redução em 25% de suas jornadas de trabalho, com proporcional perda no salário, durante um ano, em troca da garantia de 18 meses no emprego. (FSP - 17/2/83)

PEÇAS DE ERASÍLIA COMEÇAM NEGOCIAÇÃO

Com uma taxa de desemprego da ordem de 30%, os empregados da construção civil de Brasília, categoria que reúne cerca de 30 mil pessoas, iniciam hoje suas negociações de reajustes salariais. As reivindicações básicas são produtividade de 5% e correção do piso salarial com 110% do INPC, o que elevaria o salário inicial de um servente para Cr\$ 48 mil. (FSP - 17/2/83)

FEDERAÇÕES ALERTAM O GOVERNO FEDERAL

Seis federações de trabalhadores do Estado de São Paulo, representando 75 sindicatos com aproximadamente 1 milhão e 500 mil associados, pediram ontem ao Procurador Geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, que represente ao Supremo Tribunal Federal, arguindo a inconstitucionalidade do decreto-lei 2.012, do mês passado, que modificou a política salarial. As seis federações sustentaram que a reforma da política salarial provocará grave crise social: "Com efeito, a baixa média salarial da maioria situa-se na primeira faixa, até três salários mínimos. Essa maioria de empregados, pertencente ao 1º grupo do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, que já sobrevive com o salário insuficiente, é que sofrerá mais intensamente, ao lado de outros trabalhadores dos demais grupos profissionais, os efeitos do ato que lhe reduz o ganho mensal", disseram as requerentes, acrescentando: "A alegação de que é melhor perder parte do salário e manter o emprego, a ficar desempregado e sem salário, não pode justificar a pretensão que o malfadado decreto-lei encerra. Não há dúvida de que é melhor manter o homem empregado, mas que não seja esse o pretexto para diminuir ainda mais a média mensal do salário já hipossuficiente. Que se dêem ao homem condições de emprego e ganho, eis a que leva a premissa. Pretender subtrair de seu salário alguma parcela para que não perca o emprego, é simplificar demais a terrível questão social a que a economia vem conduzindo o País. O assalariado de que se fala de há muito já vem pagando o sacrifício que se lhe exige", afirmaram aquelas seis federações de trabalhadores no comércio do Estado de São Paulo. (FSP - 17/2/83)

OPERÁRIOS DA CAIO DECIDEM NÃO VOLTAR

Os trabalhadores da fábrica de ônibus Caio decidiram ontem prosseguir a greve iniciada no último dia 4, depois do dia 24 próximo, quando terminam as férias coletivas determinadas pela empresa, e firmaram posição no sentido de manter a paralisação caso não haja possibilidade de negociações. Nova assembleia foi marcada para o dia 23, às 15 horas. A greve foi deflagrada para evitar novas demissões na Caio, explicou o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Clemiltre Guedes da Silva. A principal reivindicação dos operários é garantia no emprego por um ano e o sindicato, segundo o diretor Antônio Medeiros, está disposto a aceitar contra proposta da empresa. No último dia 8, o Tribunal Regional do Trabalho declarou a ilegalidade da greve. Na assembleia de ontem os trabalhadores da Caio decidiram também aprovar a distribuição de uma carta aberta à população, explicando os motivos da greve e pedindo soli

riedade. Uma comissão de empregados deverá visitar a Assembléia Legislativa de São Paulo para pedir apoio aos deputados no sentido de "pressionar a empresa para a negociação e evitar novas demissões". (FSP - 18/2/83)

PORTUÁRIOS DESISTEM DA GREVE E ACEITAM GARANTIA DE EMPREGO

Os quatro sindicatos de portuários desistiram da greve geral de 24 horas que estava marcada para hoje e decidiram, em assembleia realizada domingo à noite, aceitar a contra-proposta oferecida pela Companhia Docas de São Paulo, de garantia de emprego. Apesar de a empresa não ter atendido às outras reivindicações (produtividade de 15%, gratificação de férias e redução da jornada de trabalho), os sindicalistas concluíram que a estabilidade de emprego no momento é muito importante, e não havia outra saída. As notícias sobre demissões em massa em empresas e o agravamento da situação econômica no País contribuíram para a resolução de suspender a greve, segundo os oradores presentes à assembleia, que apontaram ainda outros fatores para o esvaziamento da proposta de paralisação: a reduzida presença dos portuários na assembleia geral, pois apenas 10% compareceram, e a "guerra psicológica movida pelas chefias, que se reuniram com a presidência da Codesp, pela primeira vez na história do porto". (ESP - 22/2/83)

TRABALHADORES RURAIS

VIOLÊNCIA NO PARÁ

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura enviou ontem ao ministro extraordinário para Assuntos Fundiários, em Brasília, denuncia afirmando que famílias de posseiros estão sendo ameaçadas por pistoleiros na Fazenda Suçuapara, em Santana do Araguaia (Pará). Segundo a entidade, várias famílias já foram obrigadas a abandonar suas terras, enquanto outras resistem, enfrentando os pistoleiros. (ESP - 11/2/83)

POSSEIRO DO SÃO FRANCISCO É SOLTTO

O juiz da comarca de Casa Nova, mandou soltar o lavrador Aleixo Gil de Brito, que estava na cadeia pública daquele município sob acusação de ter chefiado 20 famílias de posseiros que derrubaram as cercas de uma área de terras às margens do Lago de Sobradinho, disputada na Justiça com a família Braga, uma das mais influentes e poderosas do médio São Francisco. A soltura do lavrador Aleixo de Brito foi pedida pela Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro. Esse novo conflito na região do Vale do São Francisco está localizado em Lagoinhas, distrito de casa nova, onde ficam duas fazendas da família Braga. Entre as propriedades está a faixa de terras cultivadas há dezenas de anos pelas 20 famílias de posseiros, e cujo litígio será julgado no próximo dia 23. Antes do dia 25 de janeiro passado, porém, os Braga conseguiram uma liminar na Justiça, autorizando a construção de uma cerca ligando as duas fazendas. Revoltados com a medida, os posseiros derrubaram a cerca. (FSP - 11/2/83)

ROMEIROS PROTESTAM CONTRA BARRAGENS

Uma manifestação que reuniu cerca de 15 mil romeiros, na maioria agricultores e religiosos - entre os quais 10 bispos - foi realizada a VI Romaria da Terra, ontem, durante todo o dia, na localidade de Carlos Gomes, no interior do município de Viadutos, extremo Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Este ano, a mobilização teve como tema o protesto contra a construção de um complexo de 25 barragens da Eletrosul, no Rio Uruguai, que, com o alagamento da região ribeirinha, desalojará aproximadamente 150 mil trabalhadores rurais. O presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra, Dom

Moacir Grecchi, Bispo do Acre-Purus, em sua prédica, condenou as iniciativas oficiais que, a título de um suposto progresso e desenvolvimento, "jogam o povo na miséria e no desespero". Ele lembrou que os colonos desalojados para a construção da hidrelétrica de Itaipu e reassentados no Acre, hoje "padecem de malária, enfrentam o total isolamento e dificilmente conseguem comercializar suas produções". (JB - 16/2/83)

ÍNDIOS

FUNAI ESPERA DINHEIRO

A não aprovação até agora do programa de excepcionalidade encaminhado pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, ao Palácio do Planalto, que prevê a contratação de 279 funcionários pela Funai para a região do Pólo Noroeste, atingindo o Mato Grosso e Rondônia e para a área do Grande Carajás, está dificultando a ação da Funai nessas regiões. A alocação de recursos para os dois projetos já está garantida: o Banco Mundial, que financia o programa Pólo Noroeste, deverá liberar até 1986 um total de US\$ 1.651.000 para o atendimento de 4.694 índios e a Companhia Vale do Rio Doce deverá passar à Funai US\$ 13.600.000 também do Banco Mundial até 86, beneficiando 4.535 indígenas do Maranhão, Pará e Goiás. A Funai está pleiteando, também, a aprovação de um terceiro programa, em caráter de excepcionalidade, ainda sem recursos assegurados para atender os índios Ianomami, no Estado do Amazonas e Território de Roraima. Este programa envolverá a aplicação de Cr\$ 632.504.000,00 e a contratação de 168 novos funcionários para a montagem de projetos de Saúde, Educação e de desenvolvimento agrícola. O projeto da região do Pólo Noroeste foi montado por exigência do Banco Mundial que está financiando a construção de uma variante da BR 364 necessária ao asfaltamento da rodovia que cortará a reserva dos índios Nambiquara atingindo, indiretamente, outras comunidades indígenas da região. (ESP - 6/2/83)

JURUNA DEFENDE MINORIAS, VOTO DISTRITAL E DIRETAS PARA PRESIDÊNCIA

"Não é justo que até hoje nenhuma mulher e nenhum negro tenham presidido a Câmara, quando todos são seres humanos e têm representantes naquela casa legislativa." A afirmação é do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao lembrar que foi eleito para defender o índio, comprometendo-se a trabalhar em favor das minorias. "O direito do índio - enfatizou - será minha principal preocupação, porque somos patrimônio nacional e não se justifica que estejamos sendo eliminados por fazendeiros e empresários". Quanto ao voto distrital, Juruna é de opinião de que esta é a melhor forma para que o eleitor escolha os seus representantes. "O voto comunitário - observou - é mais legítimo, porque ninguém impõe confiança e sim conquista e só consegue isso perto dos seus eleitores." Apontou também a necessidade de eleições diretas para presidente da República: "Temos que acabar com este regime militar que nos impõe o governante, como se quisesse nos impor confiança. No quartel vá lá, porque o coronel conduz a tropa para onde quer. Na política não, temos que ser consultados e ouvidos nas decisões nacionais." (FSP - 6/2/83)

CACIQUES LEVAM REIVINDICAÇÕES PARA JURUNA

A ocupação da área dos Bakairi por uma empresa e a reconquista de Jarudori pelos Bororo são alguns dos temas que os caciques de todas as tribos indígenas do Mato Grosso vão discutir com o deputado federal Mário Juruna, eleito pelo PDT do Rio. Ontem, os Bororó, Pareci e Bakairi realizaram uma reunião preliminar em Cuiabá, de preparação ao encontro que terão com Juruna dia 18 em Barra das Garças. Deste município, os caciques seguirão para Brasília, onde farão uma assembleia geral para discutir seus problemas. A solução para o problema da terra deve ser, na opinião dos caciques dessas três tribos, o tema central das reuniões. Para Dilson Zoquezome, representante dos

Parece, de nada adianta discutir o desenvolvimento econômico, a saúde e a educação, assuntos importantes para os índios, se eles não conseguirem a demarcação de suas terras e a ocupação das que se encontram invadidas atualmente. E eles estão confiantes na força que terão a partir de agora, unidos e com um representante no parlamento. A principal reivindicação dos bacairi é a demarcação de suas terras, pois a Eucaflora - Reflorestamento Ltda já plantou 60 hectares de eucaliptos, passando pelo marco sete e oito da reserva, agora quer colocar uma cerca para delimitar a divisa, ocupando uma área que os índios consideram sua. Já os Bororo lutam pela reconquista da área conhecida por Jarudori. Localizada no município de Rondonópolis, com quatro mil hectares, esta área foi ocupada aos poucos e hoje os Bororó só possuem 16 hectares, segundo o cacique José Luís. As últimas 12 famílias de Bororó acabaram afastando-se de suas terras e estão espalhadas pelo município. A Funai, acusa o índio, quer trocar esta área por uma outra em Areiões, próxima à reserva Xavante, mas os Bororó não aceitam permuta. Jarudori tornou-se, com isso, um problema de difícil solução, pois hoje a área transformou-se em uma pequena cidade, com três mil famílias. (ESP - 12/2/83)

ÍNDIOS INVADEM ÁREA

Índios da tribo Cariri-Xocó invadiram uma área no município de Porto Real do Colégio, a 180 quilômetros de Maceió (AL), sob alegação de que as terras lhes pertencem por direito histórico, embora sejam parte da região desmembrada pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que ali executa um projeto de colonização. Em Porto Real do Colégio residem 900 Cariri-Xocó, que desenvolvem a agricultura. (ESP - 15/2/83)

O GOVERNO DO EQUADOR CEDE ÁREA A ÍNDIOS

A outrora poderosa e temida tribo dos Aucas, dizimada nas últimas décadas, conseguiu do governo do Equador uma área na selva amazônica. Calcula-se que haja atualmente apenas 1.200 aucas. Os índios conseguiram os títulos de propriedade da zona que habitam, com 66.570 hectares, após uma petição enviada há algum tempo ao governo, por intermédio do Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização. Até 1956 os aucas era uma tribo quase desconhecida que, ao contrário de hoje, vivia sem moléstias da civilização e alimentando-se de caça e pesca. Naquele ano eles ganharam notoriedade quando mataram cinco missionários norte-americanos. (ESP - 17/2/83)

FUNAI ACUSADA DE "EXPANSÃO"

O secretário de Justiça do Mato Grosso, Domingos Sávio Brandão Lima, prometeu ontem acionar judicialmente a Funai para evitar que o órgão prossiga na expansão da reserva de Sangradouro, no município de Barra do Garças. Essa medida judicial - explicou - seria impetrada juntamente com a Associação dos Produtores Rurais do Médio Araguaia. Ontem, após uma reunião envolvendo os interessados na questão, o secretário manteve aspero diálogo com uma socióloga da Funai, acusando a fundação de adotar política "indiscriminada e expansionista", o que na sua opinião está "acabando com Mato Grosso". "Mato Grosso não será feudo da Funai. Não deixaremos que ocorram mais desapropriações", disse o secretário. (ESP - 18/2/83)

REATIVADA ESTRADA NO XINGU

O Bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, afirmou que a estrada que cortou a parte Norte do parque, a BR-080 Xavantina-Cachimbo, está reativada no trecho que atravessa a área indígena. D. Pedro disse que esta estrada e a Transaraguaia, projetada para ligar a região Norte do Mato Grosso a Goiás, atravessando o Parque Nacional do Araguaia, na ilha do Bananal, colocam em risco a vida das comunidades indígenas da região. Segundo o bispo, as obras de abertura da rodovia, adiadas em consequência das chuvas, vão beneficiar o próprio superintendente da Sudeco, René Pompeu de Souza, que tem terras nesta região, e outros fazendeiros interessados no cultivo da cana-de-açúcar. (ESP - 22/2/83)

MOVIMENTOS POPULARES

INVASORES SAIRÃO DE CENTREVILLE, GARANTE A CAIXA

As 535 famílias que invadiram, a partir de julho do ano passado, casas abandonadas e inabitadas do conjunto habitacional Centreville, de Santo André, deverão ser despejadas brevemente, por forças policiais. O presidente da Caixa Econômica do Estado, Francisco Roberto, garantiu isso ontem a uma comissão representativa das 43 famílias que compraram casas em Centreville, que o procurou para pedir uma solução dos problemas criados no conjunto. (FSP - 18/2/83)

IGREJA

A IGREJA UCRANIANA REUNIDA EM SÍNODO PEDE MAIS LIBERDADE

Os ucranianos católicos espalhados pelo mundo são mais de um milhão, e estão sobretudo na França, Estados Unidos, Canadá e Brasil. Seus bispos - 20 - vieram de várias partes do mundo agora para Roma, para uma reunião no Vaticano, em torno de seu prestigioso líder, o cardeal Josif Slipyi. Representando a América do Sul, está o bispo da comunidade ucraniana de Curitiba, dom Efrém Basílio Kreyev, dos basilianos de S. Josefã. Há na Ucrânia de quatro a cinco milhões de católicos, mas a sua Igreja, suprimida pelas autoridades soviéticas, por meio da sua incorporação na Igreja Ortodoxa Russa, continua atuando mesmo na clandestinidade, tendo seus párocos e bispos. A questão da liberdade religiosa na Ucrânia e na Rússia é precisamente o centro do debate atualmente em curso no sínodo ucraniano. (ESP - 5/2/83)

PAPA ANUNCIA SUA VISITA A PAÍSES CENTRO-AMERICANOS

O papa anunciou ontem, a viagem pastoral que fará a oito países de América Central e do Caribe, entre os dias 2 e 9 do próximo mês de março. A viagem abrangerá a Costa Rica, Nicarágua, Panamá, El Salvador, Guatemala, Honduras, Belize e Haiti. O Papa expressou sua satisfação pelo encontro que manterá na Costa Rica com os bispos do simpósio episcopal centro-americano. Anunciou ainda que no dia 9 de março, antes de seu regresso, se reunirá, em Porto Príncipe, com os bispos do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), que ali se reunirão para uma assembleia geral. O Papa encontrará na Nicarágua "uma aguda divisão entre os membros da hierarquia eclesial, em razão do surgimento da chamada 'Igreja Popular'", disseram observadores do Vaticano. Especulações surgidas na imprensa norte-americana observaram, há poucos dias, que o Pontífice havia condicionado a visita a Manágua ao afastamento de mais de 20 religiosos que integram o governo sandinista. O Vaticano não confirmou a informação. (FSP - 7/2/83)

CNBB VETA SUGESTÃO PARA EXPULSÃO DE PADRES

O secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem, em Brasília, que o movimento proposto por políticos franceses defendendo a imediata expulsão do Brasil dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, presos no País, "só colaborará para agravar o caso, pois continuam pairando acusações sobre os sacerdotes e o problema de terras do Araguaia não será resolvido com isso". Já a Embaixada da França desconhece qualquer ação de seu país nesse sentido. (ESP - 11/2/83)

BISPO DENUNCIA INVASÃO DE IGREJA

O bispo diocesano de Itabuna, dom Eliseu Maria Gomes, denunciou durante o lançamento regional da Campanha da Fraternidade, que um homem ainda não identificado interrompeu um culto religioso na igreja de Mascote, agredindo o agente pastoral que fazia a pregação, rasgando a Bíblia e quebrando imagem do padroeiro local. Anteriormente, segundo o bispo, quatro homens haviam obrigado o agente pastoral a posar para fotografias dentro da igreja em atitudes indecorosas. Ao comunicar o fato à polícia o vigário geral de Itabuna pediu "uma solução para esta violência que também atinge o templo de Deus". (FSP - 20/2/83)

PADRES CASADOS PEDEM RECONHECIMENTO À IGREJA

"O padre casado se reconhece como sinal de contradição, mais para anunciar novos rumos na Igreja do que para resolver um problema seu. É apóstolo na diáspora e não na estrutura. Não procura um lugar na hierarquia, mas na Igreja comunitária, com capacidade de lhe prestar serviços. Para ele vale o que o povo de Deus lhe pede. Não importa saber se o padre é solteiro ou casado, mas se fez opção por um trabalho evangélico. Assim, não é apenas a figura do padre que muda, mas também a da própria Igreja." Essas declarações, produzidas durante o 5º Encontro Nacional do Movimento dos Padres Casados, realizado na semana passada em Fortaleza (CE), fazem parte do documento conclusivo que foi encaminhado ontem, através do cardeal-arcebispo dom Aloísio Lorscheider, à assembleia geral da CNBB, marcada para abril, em Itaici. O texto, que deve tornar-se motivo de polémica nos meios eclesiais, marca uma ofensiva dos sacerdotes não celibatários pelo reconhecimento do seu papel na Igreja, como "um sinal dos tempos", e pela transformação do celibato em opção livre dos padres, como era nos primeiros tempos da Igreja. (FSP - 21/2/83)

PAPA EVITA VER PADRES MINISTROS

O Vaticano adiou mais uma vez o anúncio do programa da visita do Papa à América Central, com início a 2 de março, porque ainda não conseguiu da Nicarágua fórmula-compromisso para evitar o encontro de João Paulo II com os três padres-ministros de seu Governo. A questão é delicada porque um deles, Miguel d'Escoto, é o Chanceler do país. O Papa se esquiva ao encontro porque considera incompatível com as funções do sacerdote o exercício de cargos políticos, já tendo pedido aos três religiosos que os abandonem. Até ontem à tarde, as informações do negociador, Dom Achille Silvestrini, que se encontra em Manágua, não satisfaziam às exigências do Pontífice. (JB - 22/2/83)

POLÍTICA NACIONAL

PT QUER INQUÉRITO PARA SNI, DELFIN E SALÁRIOS

O diretório nacional do PT, que se reunirá, hoje e amanhã em Brasília, deverá homologar proposta da bancada federal de lutar pela criação de três Comissões Parlamentares de Inquérito na Câmara: uma sobre as atividades do SNI, outra do "estouro" da Delfin e a última sobre a política salarial do governo. O presidente do PT afirmou ainda que, independentemente da CPI, o partido agirá em duas frentes no debate sobre a política salarial - no Parlamento e nas ruas, nas portas de fábricas, com a proposta do reajuste trimestral. Luís Inácio classificou de "piada" o comentário do ministro Delfin Neto de que a redução de salário equivale à redução do índice desemprego. "Se isso fosse verdadeiro - frisou - quem recebesse um salário-mínimo estaria com seu emprego seguro, quando se sabe que há muito desemprego nesta faixa salarial". (ESP - 5/2/83)

COMUNISTAS PODEM SER INDICIADOS NA LSN

O delegado de Ordem Política e Social do Departamento de Polícia Federal de São Paulo, Marco Antônio Veronesi, disse ontem que a PF tem provas suficientes para indiciar no artigo 40 da Lei de Segurança Nacional pouco mais de 60 das 92 pessoas detidas na manhã do último dia 13 de dezembro, sob a acusação de realizarem o 7º Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Para o delegado, que participou da detenção, o vasto material apreendido prova que a reunião se destinava a reorganizar o PCB, "inclusive com a eleição dos novos membros do Comitê Central". Dentro de aproximadamente 30 dias, calcula Veronesi, a Polícia Federal enviará a Auditoria Militar de São Paulo o inquérito sobre o caso. (FSP - 11/2/83)

METALÚRGICOS EXPULSAM VEREADOR

O presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, Sílvio Pelico Elmi, do PT, foi expulso do Sindicato dos Metalúrgicos local, por decisão de uma assembleia que reuniu cerca de 300 membros da categoria, anteontem à noite. Vários oradores criticaram o comportamento de Sílvio Elmi, afirmando que ele tem contribuído para a divisão da categoria e tomado atitudes que separam os trabalhadores de sua entidade de classe. O metalúrgico João Bosco disse que "Sílvio desrespeitou o nosso patrimônio, a diretoria e os próprios associados quando, na última assembleia, pronunciou palavras de baixo calão e atirou o microfone sobre a mesa". A assembleia foi dirigida pelo presidente do sindicato, João Lins, que vai comunicar o desligamento do associado à Delegacia Regional do Trabalho. Sílvio terá dez dias de prazo para apresentar recurso contra a decisão da assembleia. (JB - 20/2/83)

MÁXI PROVOCARÁ NOVO ACHATAMENTO SALARIAL

Os salários vão sofrer novo achatamento, pois a carestia provocada pela maxidesvalorização do cruzeiro em 30%, decretada sexta-feira, não será incluída nos cálculos do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que serve de base para os reajustes salariais. O "expurgo" do INPC - precedido há poucas semanas por mudanças na política salarial, que reduziram os percentuais de reajuste para todas as faixas salariais - já havia sido combinado entre o governo brasileiro e o FMI, conforme um relatório confidencial daquele organismo. O objetivo, segundo os técnicos do governo, é reduzir os efeitos inflacionários da máxi, impedindo-se que os aumentos de preços provocados pela queda do cruzeiro sejam repassados aos salários. Caberá aos assalariados, portanto, pagar o custo da máxi, através da perda de seu poder aquisitivo. (FSP - 20/2/83)

INTERNACIONAIS

NIGÉRIA EXPULSA TRABALHADORES ESTRANGEIROS

No total, dois milhões de estrangeiros foram obrigados a deixar a Nigéria até a meia-noite de terça-feira, num dos maiores êxodos em massa já registrados na África. São as vítimas mais recentes da crise econômica mundial provocada pela recessão nos países industrializados do Ocidente. A expulsão em massa decidida pelo governo nigeriano coincide com o agravamento da crise econômica neste outrora próspero fornecedor de petróleo, e com uma eleição presidencial que testará de maneira crucial a capacidade de sobrevivência do regime civil no poder há quatro anos. Com a expulsão pretende-se evitar uma guerra por trabalho que traria desastrosas consequências para o governo nas eleições. (FSP - 6/2/83)

AUMENTAM AS DIFICULDADES DE PINOCHET

Altos dirigentes da oposição chilena garantem que a Marinha e a Força Aérea "hesitam" em obedecer ao presidente, general Augusto Pinochet, enquanto diplomatas norte-americanos reconhecem que o presidente enfrenta "grandes dificuldades". Sob o impulso de uma grave crise econômica, a situação chilena parece precipitar-se e cresce o medo de que, num gesto de desespero, Pinochet adote uma saída de cunho fascista. Cada vez mais isolado, o presidente do Chile reage reestruturando seu ministério e fazendo ásperas críticas a empresários até recentemente beneficiários do regime. Para alguns opositoristas, uma resposta destes empresários poderá permitir o fim do governo militar muito antes do que se acredita. (ESP - 17/2/83)

DENÚNCIA DE IRREGULARIDADE NO PARAGUAI

O candidato à Presidência pelo Partido Liberal Radical, Enzo Doldan, denunciou ontem "um mar de irregularidades" nas eleições de domingo no Paraguai, que deram ao presidente Alfredo Stroessner seu sétimo mandato. Segundo resultados extra-oficiais, o Partido Colorado, de Stroessner, obteve 919.582 votos (90%), o Partido Liberal Radical 58.076 (5,7%) e o Partido Liberal 32.985 (3,2%). A abstenção foi de 10%, ou 110 mil eleitores. Stroessner governa o Paraguai desde 1954, o que o faz o chefe de Estado com maior permanência no poder na América Latina. (ESP - 9/2/83)

ELEIÇÕES NO PARAGUAI

"O Paraguai é o único país do continente onde o resultado das eleições se conhece com vários anos de antecedência: o general Alfredo Stroessner vencerá as eleições de hoje com 89% dos votos aproximadamente", declarou em entrevista ao Estado o líder exilado da Democracia Cristã paraguaia Alfonso Resk. A base de apoio do general Stroessner é o Partido Colorado, que controla todos os cargos administrativos do país, apesar de ser o poder militar a viga-mestra que sustenta o sistema administrativo e burocrático. O Partido Colorado, que controla mais da metade da população paraguaia, tem um poder discreto, só comparável ao do Partido Comunista da União Soviética. É na pessoa do general Stroessner, chefe do partido e comandante das Forças Armadas, que o poder está concentrado. E, para garantir essa situação, como nas dinastias medievais, Stroessner casou seu filho mais velho com a filha do comandante do primeiro corpo do Exército, a única pessoa que, eventualmente, poderia pôr em risco o seu poder. "Isso quer dizer que o domínio de Stroessner é completo", disse Miguel Gonzalez Casabianca, do Movimento Popular Colorado (Mopoco), uma facção dissidente do partido oficial. O Mopoco faz parte de uma frente oposicionista chamada "Acordo Nacional" (AN), que nasceu no dia 3 de fevereiro de 1979 com o objetivo de lutar por um "processo de transição democrática sem Stroessner". Outros partidos fazem parte desse acordo. São a Democracia Cristã, o Partido Revolucionário Febrerista, que é o único de oposição não proscrito no Paraguai e o Partido Liberal Radical Autêntico. "Esta tarde, se anunciará a vitória eleitoral do general Stroessner e, uma vez mais, se iniciará um período de governo que todos já conhecem. Não haverá surpresas nem para governantes nem para governados", concluiu Resk. (ESP - 6/2/83)

OUTRAS

AGORA, A DÍVIDA DA CAPEMI FICA PARA O GOVERNO

A insolvência da Capemi Agropecuária, empresa do Sistema Capemi, sob intervenção branca, trará mais um prejuízo ao governo: o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), oficial, é avalista da empresa num empréstimo de US\$ 25 milhões, tomados na França. Os prejuízos serão "socializados", informou uma alta fonte governamental. Es-

se fato trará "consequências desastrosas" para o banco e a credibilidade do País junto aos banqueiros estrangeiros, de acordo com o próprio presidente do BNCC, Byron Coelho. O governo decidiu rescindir com a Capemi Agropecuária o contrato para a exploração da madeira de Tukurui e já na próxima semana transformará a região a ser inundada em zona de livre exploração. (ESP - 5/2/83)

TESE PROVA QUE MULHER GANHA MENOS QUE HOMEM

Os salários das mulheres e dos homens apresentam um diferencial de 42,39%, segundo tese de doutorado em economia, que a professora Sandra Negraes Brisolla defenderá no próximo dia 25, na Universidade de Campinas sobre "as formas de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro". Segundo ela os salários médios femininos equivalem a 57,61% dos salários masculinos. Essa constatação foi feita no conjunto dos municípios que compõem as metrópoles da grande São Paulo e do grande Rio de Janeiro, tomando por base a média dos salários dos empregados nas atividades principais da mão-de-obra feminina, em função do sexo, anos de estudo, idade, condição migratória e ocupação. No período de 1950 a 1970, houve um crescimento moderado de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, com índices de 4,6%, ano a ano. De 1970 a 1980, este índice subiu para 10,9%, só na indústria. Explica a professora Sandra Negraes Brisolla: "se antes a mulher se incorporava aos serviços de natureza informal - prestação de serviços não organizados de forma capitalista, como empregada doméstica, costureira ou lavadeira - a partir de 1970, a mulher passa a ingressar na indústria". (JB - 17/2/83)

CARTA DO LEITOR

DESABRIGADOS LUTAM PELAS CASAS PROMETIDAS PELO MINISTRO

Petrópolis, 20/2/83

O Fato:

1. Em dezembro de 1981, com as fortes chuvas que caíram sobre Petrópolis, 200 famílias perderam suas casas; 1.100 famílias tiveram e continuam com suas casas tecnicamente interditadas pela prefeitura local, quase 80 parentes e amigos nossos perderam suas vidas.
2. O ministro Andreazza prometeu casas para todos os que sofreram com as chuvas, NUM PRAZO DE 90 DIAS, sendo que cada família pagaria de prestação, 10% sobre o salário mínimo por mês. (JB 7 e 8/12/81).
3. Em outra oportunidade ele prometeu construir um total de 3.000 casas! (Jornal de Petrópolis 01/10/82).
4. No dia 21/02/82) o Ministro Andreazza passou um telegrama para o prefeito de Petrópolis confirmando que comprou o terreno para os desabrigados: "Comunico eminente prefeito que B.N.H. acaba de aprovar aquisição em Alcobaça concretizando assim importante passo para a construção de unidades habitacionais destinadas POPULAÇÃO BAIXA RENDA E AFETADA ENCHENTES ocorridas nesse município. Cordiais saudações Mário David Andreazza, Ministro do Estado do Interior".
5. Passados 9 meses das desgraças das chuvas de dezembro de 81, nem uma casa foi erguida e nenhum melhoramento eficiente foi feito pelos órgãos responsáveis. O Gerente Regional do B.N.H., no dia 23/11/82, prometeu à COMISSÃO DOS DESABRIGADOS QUE TODAS AS CASAS QUE TAMBÉM VIESSEM A SOFRER COM AS NOVAS CHUVAS DE DEZEMBRO DE 1982 tendo o laudo técnico da Prefeitura a respectiva FAMÍLIA ESTARÁ CREDENCIADA A SER ATENDIDA COM UMA CASA DO B.N.H.

O Problema:

1. Em vez de construir casas para todas as 1.500 famílias que sofreram com as chuvas, QUEREM FAZER APENAS 157 CASAS! (sem dar garantia de que serão construídas as demais casas).

2. As terras compradas para fins sociais, para atender os desabrigados e a população de baixa renda o B.N.H. quer desviar para fins lucrativos: "Mário Castorino realça que a intenção do banco é construir inicialmente 200 casas para os desabrigados. Paulatinamente serão utilizados outros espaços, até o limite de 37% da área total (2.200.000 m²), em projetos de melhor categoria, como cooperativas etc, até atingir-se o total de duas mil casas, segundo o projeto de engenharia. O restante da área - 63% do seu total permanecerá no seu estado natural, para goáudio dos ecologistas, arre matou." (ESP 28/01/83).

A Solidariedade:

A partir da sua CONSCIÊNCIA CRISTÃ ou de sua CONSCIÊNCIA DE JUSTIÇA nós lhe pedimos que nos ajude nesta luta! No momento sua instituição poderá nos ajudar enviando cartas aos órgãos responsáveis, pressionando-os a cumprirem COM OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM O FOVC!

O Conteúdo da Carta:

1. PARAPENTIZÁ-LOS por terem cumprido parte do compromisso ao comprarem em 20/09/82, 2.200.000 m² de terra em Alcobaça para os desabrigados.
2. PROTESTAR contra a demora para o início da construção das casas. Após a compra do terreno em 30/09/82, já se passaram 5 meses! No entanto, o Ministro prometeu entregar as casas PRONTAS em 3 MESES!
3. PROTESTAR contra o desvio do uso da terra de Alcobaça.
4. EXIGIR garantia de que os terrenos de Alcobaça serão destinados para os desabrigados e a população de baixa renda de Petrópolis.
5. EXIGIR que o B.N.H. defina oficialmente e URGENTEMENTE o número total de casas a serem construídas em Alcobaça.
6. ENVIAR representante desta instituição à nossa concentração que vai se realizar nos dias 14 e 15 de março de 1983, na praça em frente ao prédio do B.N.H. no Rio de Janeiro.

Enviar as cartas para:

1. Ministro do Estado do Interior
Mário David Andreazza
Edn. Ministério do Interior
Explanada dos Ministérios 70.000 - BRASÍLIA - DF
2. Presidente do B.N.H.
José Lopes Oliveira
Av. República do Chile, nº 230 - Rio de Janeiro
3. Diretor de Mobilização de Terra e Acompanhamento de Obras do B.N.H.
Mário Castorino Fontes Brito
Av. República do Chile, nº 230 - Rio de Janeiro
4. Gerente Regional do B.N.H. do Estado do Rio de Janeiro
Paulo Capelli Miffert Silva
Av. Presidente Wilson, nº 164 - Rio de Janeiro
5. Pedimos o favor de enviar uma cópia a um Jornal da confiança desta instituição.
6. Pedimos também que esta instituição envie também para a Comissão dos desabrigados cópias das cartas enviadas ao B.N.H., ou um pequeno bilhete comunicando-nos de que esta instituição cumpriu com o gesto de solidariedade. Isto vai nos incentivar e nos dar forças para continuarmos lutando pelo nosso direito de, também, morarmos decentemente.

Certos de que a solidariedade entre os grupos sociais é um dos mais eficazes instrumentos de transformação social, sem violência, agradecemos: COMISSÃO DOS DESABRIGADOS CDDH/Grupo Ação, Justiça e Paz. Caixa Postal 90.581 - 25.600 - Petrópolis - RJ

AFOIO PARA A DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA CAMUCIM (PB)

O CDDH da Arquidiocese da Paraíba promoverá, de 21 a 25 de março, um grande seminário sobre a questão agrária na Paraíba. Desse seminário também participaram a Contag, CPT, Ministério da Agricultura, INCRA, Governo do Estado. Diante disso estamos concludo os companheiros para que enviem telegramas ou cartas ao CDDH/Paraíba pedindo a

desapropriação de Camucim. É uma forma tanto de nos fazermos presentes nesse importante evento (pois as comunicações serão lidas durante o seminário), quanto de fazermos sentirem o peso das decisões que haverão de tomar a partir desse seminário. Convocamos, pois, os companheiros a escreverem até o dia 15 de março para o endereço: CDDH/Paraíba - Cx. Postal 13, 58000 - João Pessoa - PB. Recordando o problema: Centenas de agricultores da Fazenda Camucim, muitos deles trabalhando na terra há mais de 10 (ou até mesmo 20) anos, resolveram ultimamente, depois de tantas intimidações e agressões sofridas, (queima de barracos, destruição da plantação, derrubada da escola, espancamentos, acusações forjadas...), acampar na área para impedir que capangas da Destilatória Tabu tentem novas investidas. Já em 80/81, depois de tantas violências policiais e repressão patronal, estiveram acampados diante do Palácio da Redenção, em João Pessoa, para forçar o Governo a tomar providências. A partir daí foi firmado compromisso de não agressão entre posseiros e latifundiários, até que a questão ficasse resolvida. Já no início deste ano, entretanto, a Usina Tabu retomou sistematicamente seus atos de violência. CDDH/Grupo Ação, Justiça e Paz - Petrópolis, 9/2/83)

GRUPO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ PEDE SOLIDARIEDADE

Devido à oposição que o Grupo Ação Justiça e Paz sofre por parte da Diocese em Petrópolis e considerando que o apoio por parte da diocese facilita o andamento dos trabalhos em defesa dos que têm violados os seus direitos fundamentais, pensamos em pedir-lhes uma colaboração. É que não temos o mínimo interesse em sermos considerados como "alheios" à Diocese. Mas as nossas tentativas de aproximação com o bispo local foram todas frustradas, até agora. Diretamente, é o que se tem evidenciado, parece impossível essa aproximação. No entanto, indiretamente talvez alguma coisa possa ser feita. É o que lhes propomos. Gostaríamos que escrevessem a D. Manoel parabenizando-o pela atuação dos leigos de sua diocese no II Encontro Ecumênico de Direitos Humanos. Aderir a esta forma de apoio, logicamente, fica a critério de sua entidade. O endereço do bispo é o seguinte: D. Manoel Pedro da Cunha Cintra - Rua Santos Dumont, 571 - 25600 - Petrópolis - RJ. Com relação ao II Encontro, pedimos que nos escrevam, caso sua entidade tenha ficado sem algum material mais urgente. Lembramos que um dossiê do encontro será publicado pela revista SEDOC. Por isso também pedimos aos grupos que não entregaram seu relatório sobre as atividades em 1982, que no-lo mandem pelo correio o quanto antes, ainda este mês. E continuemos nossa caminhada, sempre no intuito de "SERVIR À VIDA", com passos firmes, rumo ao III Encontro, em Vitória. (CDDH/Grupo Ação, Justiça e Paz - Petrópolis, 9/2/83)